

## Coalizão de Entidades em Defesa do REIQ

# A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA QUÍMICA E O IMPACTO DA REVOGAÇÃO DO REIQ

(Manifesto pela manutenção do REIQ e pela supressão dos artigos 3º e 4º da Medida Provisória 1034/2021)



Nº 231

Mai 2021

### Carta aos Parlamentares

Excelentíssimos Senhores Parlamentares,

Em nome da indústria química e com o apoio de 75 entidades que representam milhões de trabalhadores desse setor, dirigimo-nos a Vossa Excelência com o intuito de clamar pela manutenção do Regime Especial da Indústria Química (REIQ) e pela extinção dos artigos 3º e 4º da Medida Provisória 1034/2021, em debate no Congresso Nacional. Nosso pleito é no sentido de que o REIQ seja mantido, pois, embora não seja um benefício, é uma condição necessária, ainda que insuficiente, para a competitividade do setor no Brasil.

Chamamos a atenção de Vossa Excelência para o fato de que o REIQ, por sua complexidade, deve ser discutido na abrangência da Reforma Tributária, bem como no âmbito da revisão de todos os estímulos tributários já contemplados na PEC Emergencial. Tal regime foi criado a partir de ampla discussão entre diversos setores da sociedade (governo, trabalhadores e empresas) com o objetivo de garantir maior competitividade ao setor químico nacional por intermédio da desoneração das alíquotas de PIS/Cofins na compra de matérias-primas básicas petroquímicas de primeira e de segunda geração.

A MP 1034 extingue o REIQ, a partir de 1º de julho de 2021 (respeitando a noventaena jurídica). Infelizmente essa medida provisória mostra-se anacrônica ao misturar temas tão diversos, a exemplo do fim do REIQ, e enfraquece a indústria brasileira quando a pandemia provoca grave crise econômica, expondo o emprego e a indústria nacional a uma concorrência desleal e predatória. Some-se a isso o complexo e excruciante sistema tributário brasileiro que aflige, em especial, a indústria. Entendemos que competição é saudável para os mercados, mas quando se tem condições de equilíbrio. O Brasil precisa, de fato, proporcionar melhor ambiente de negócios para quem investe, produz e trabalha no país, proporcionado segurança jurídica para as empresas.

Faz-se necessário apontar, igualmente, a distinção entre a expectativa do governo e a realidade. O governo acredita que não haverá queda de produção e R\$ 1,4 bilhão a mais em arrecadação de PIS/Cofins. A realidade, porém, é que haverá uma queda da produção na ordem de R\$ 16,9 bilhões em toda a cadeia (considerando o efeito multiplicador do setor de 3 vezes), tendo, neste sentido, efeito líquido de menos R\$ 1,8 bilhão em arrecadação de impostos (IR, PIS/Cofins, IPI, ICMS, ISS, etc.); levando ainda a um menor faturamento e, ameaçando, por fim, cerca de 85 mil postos de trabalho na cadeia, de acordo com cálculos recentes da Fundação Getúlio Vargas.

Ressaltamos, por oportuno, seis importantes aspectos: 1) A química é a 5º maior indústria de manufatura em PIB no mundo e fornece insumos para todas as outras; 2) Países bem-sucedidos entendem a importância da indústria química, possuem foco estratégico e garantem as condições necessárias para o seu crescimento; 3) A indústria química é a viabilizadora de insumos essenciais para diversos setores da economia; 4) Produtos químicos estão presentes em diferentes etapas da cadeia de valor do agronegócio (produção, distribuição e processamento final); 5) A indústria química é essencial para o setor de saúde – a crise recente da Covid-19 explicitou sua importância no tratamento e na prevenção de doenças; e 6) O REIQ não é um benefício, é uma medida necessária e insuficiente para a competitividade do setor no Brasil.

É notável a importância da indústria química no mundo: América do Norte (contribuição: PIB: \$866B; empregos: 6M); América Latina (contribuição: PIB: \$374B; empregos: 6M); Ásia-Pacífico (contribuição: PIB: \$2,6T; empregos: 83M – \$1.3T PIB e 60M vagas na China); África e Oriente Médio (contribuição: PIB: \$550B, empregos: 5M); Europa (contribuição: PIB: \$1,3T; empregos: 19M).

Por último, sublinhamos ainda que a questão da extinção do REIQ contraria o que prevê a própria Emenda Constitucional 109, que em seu artigo 4º determina que o presidente da República “deve encaminhar ao Congresso Nacional, em até 6 meses após a promulgação desta Emenda Constitucional, plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, acompanhado das correspondentes proposições legislativas e das estimativas dos respectivos impactos orçamentários e financeiros”

### Entidades Signatárias:

Abiquim  
Fieb  
Fiea  
Fiesp  
Fiergs  
Firjan  
FNPQ  
FEQUIMFAR  
CNU CUT  
CNTQ

COFIC  
COFIP  
COFIP ABC  
CRQ-III  
Força Sindical Nacional  
SNQ  
Sindiquim  
SINDIQUIMICA-SC  
SINDIQUIMICOS-AM-AC-RO-RR

SINPROQ-PI  
SINQUIM-PR  
SINPROQUIM/MT  
SIQUIMS  
SPQSE  
Sinpeq  
Sinplast/AL  
Sinproquim  
Sindquim  
Siquirj

Traquimfar  
SINTPROQNNF  
SINDTINTAS  
SINPACEL  
SINTIFAR  
Quimsulf  
Sindiquimica  
IndustriALL Brasil  
E outras 38 entidades Sindicais  
Laborais locais

## Reunião de Entidades Sindicais Patronais: BA, RJ, RS e SP

No último dia 4 de maio, os presidentes das quatro maiores entidades sindicais patronais da Indústria Química no Brasil: Roberto Fiamenghi (Sindipeq-BA), Newton Battastini (Sindiquim-RS), Nelson dos Reis (Sinproquim-SP) e Isaac Plachta (Siquirj), reuniram-se, por meio de videoconferência, com o intuito de discutir assuntos pertinentes ao setor químico, o qual vem sendo fortemente abalado por algumas políticas públicas controversas, entre elas a extinção do REIQ – Regime Especial da Indústria Química. Este encontro foi coordenado pelo Sinproquim.

Na ocasião, os presidentes debateram sobre o cenário adverso enfrentado pela indústria em geral, sobretudo a química, avaliando o impacto que este desmonte significará para a economia brasileira, fortemente atrelada ao setor, principalmente com relação à indústria de base. Nos últimos anos o país vem passando por uma fuga de investidores, que escolhem outros países para se instalarem em detrimento do Brasil e seus altos tributos. O presidente do Siquirj, Isaac Plachta, lembra inclusive, que o Rio de Janeiro já foi o maior produtor de metanol do país, perdendo uma importante Planta Industrial, moderna, tecnologicamente atualizada, com altíssimo rendimento técnico, que foi desmontada e instalada nos Estados Unidos.

Este cenário resulta em uma dependência cada vez maior de produtos importados que são de essencial importância para os postos-chaves da economia nacional, como o agronegócio. Fertilizantes e defensivos agrícolas, parte significativa dos custos da agricultura, são majoritariamente importados (80% dos fertilizantes e 100% dos defensivos agrícolas), tornando produtos que possuem excelente um desempenho em exportações, intimamente dependente das flutuações dos preços destes insumos no mercado internacional.

A situação é delicada para o setor, que apesar de ganhar uma sobrevida com o novo marco do gás natural, ainda sofre com valores exorbitantes de matéria-prima, tornando inviável qualquer tipo de competitividade. Está mais do que claro que este quadro não será revertido com medidas isoladas e pouco objetivas, sendo indispensável que haja uma reforma total, administrativa e tributária, para alcançarmos uma retomada econômica real.

É nesse sentido que o Siquirj apoia incondicionalmente, juntamente das principais entidades sindicais patronais da Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, um movimento que salve a Indústria Química nacional. Acreditamos que é de suma importância uma união entre diferentes estados, mesmo que cada um possua uma realidade socioeconômica bastante distinta, pois a nível de Brasil, todos orbitam um mesmo cenário preocupante, com problemas que são comuns ao setor.

Agradecemos, portanto, a importante iniciativa do Presidente do Sinproquim, Nelson Pereira dos Reis, juntamente de seu diretor-executivo, Renato Endres, em elaborar e coordenar este encontro entre entidades. Agradecemos também aos demais Presidentes: Newton Mario Battastini, do Sindiquim; e Roberto Fiamenghi, do Sinpeq, pela participação. O Siquirj estará sempre ativo apoiando estes movimentos pela Indústria Química.

E no dia 8 de junho, teremos um novo encontro.

## Mercado financeiro prevê crescimento econômico de 3,96% neste ano

As instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) elevaram a projeção para a expansão da economia brasileira pela sexta semana consecutiva. A previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – subiu de 3,52% para 3,96%.

Para o próximo ano, a estimativa de crescimento do PIB caiu de 2,30% para 2,25%, na segunda redução consecutiva. Em 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 2,50%.

As estimativas estão no boletim Focus de hoje (31), pesquisa divulgada semanalmente pelo BC, com a projeção para os principais indicadores econômicos. Inflação

Quanto à inflação, a previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano subiu de 5,24% para 5,31%, na oitava alta consecutiva.

Para 2022, a estimativa de inflação foi ajustada de 3,67% para 3,68%. Tanto para 2023 como para 2024 a previsão para o índice é de 3,25%.

A estimativa para 2021 está quase no limite superior da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. O centro da meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

O centro da meta de inflação para 2022 é 3,50% e para 2023, 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para os dois anos.

Taxa de juros

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, fixada atualmente em 3,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic termine 2021 em 5,75% ao ano. Na semana passada, a previsão era 5,5% ao ano. Para o fim de 2022, 2023 e 2024, a estimativa é de que a taxa básica encerre estes períodos em 6,5% ao ano.

Já quanto ao Câmbio, a expectativa para a cotação do dólar permaneceu em R\$ 5,30 para o final deste ano e de 2022.

## Comissão de Recursos Humanos aborda o Flex Office

No último dia 13 de maio, a Comissão de Recursos Humanos do Siquirj contou com a presença do Dr. Pedro Capanema, Consultor Jurídico da Firjan, para uma exposição sobre trabalho remoto.

Na ocasião, foi contextualizada a questão da flexibilização do trabalho, com a explicação das diferenças entre as modalidades do teletrabalho e do *Home Office*.

Segundo o Dr. Capanema, teletrabalho é uma modalidade de trabalho remoto que já consta na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que deve ser acordado previamente entre o empregado e o empregador e que requer o uso de meios telemáticos (celular, computador, *tablet* e etc.) para a realização das tarefas, além de não constar o pagamento de horas extras e de transferir a responsabilidade sobre ergonomia e boas condições do ambiente de trabalho, para o trabalhador. Já o *Home Office* é um termo genérico para o trabalho remoto, que não possui todas essas especificações.

Por fim, ressaltou que não existe regulamentação para o *Flex Office*, sendo até mesmo possível que esta modalidade descaracterize um possível teletrabalho de acordo com a CLT. A recomendação do Dr. Capanema foi pela discriminação completa de um possível *Flex Office* num acordo individual ou Convenção Coletiva para evitar eventuais conflitos futuros.

Siquirj

### Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20030-070  
Tel.: (21) 2220-8424  
e-mail: [siquirj@siquirj.com.br](mailto:siquirj@siquirj.com.br)  
home page: [www.siquirj.com.br](http://www.siquirj.com.br)

### Diretoria - 2020/2024

#### Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)  
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)  
Nicolau Pires Lages (Secretário)  
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

#### Suplentes

Wagner Luiz Rodrigues de Sá  
Nélio Augusto Manhães Rodrigues  
Roberto Pinho Dias Garcia

#### Conselho Fiscal

#### Efetivos

Ciro Alves  
Paulo Hugo Silva Ramos Junior  
Angelo José Brazil Ferreira

#### Suplentes

Alexandre Fagundes de Mattos  
Larissa Arias  
Jorge Luiz Cruz Monteiro

#### Delegados Representantes junto à Firjan

#### Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
Carlos Mariani Bittencourt

#### Suplentes

Isaac Plachta  
Roberto Pinho Dias Garcia